

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.400.913 - RS (2018/0307714-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : PETRONILA CRESENCIO DE MEIRA
ADVOGADOS : MAXIMILIANO EVARISTO DE CASTRO LUCCHESI -
RS0078562
RAFAEL TAUFER E OUTRO(S) - RS0094184
AGRAVADO : UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOP DE SERV
MÉDICOS LTDA
ADVOGADO : CÁSSIO AUGUSTO VIONE DA ROSA E OUTRO(S) - RS050660

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por PETRONILA CRESENCIO DE MEIRA, em face de acórdão assim ementado (fl. 186):

Apelação Cível. Seguros. Planos de Saúde. Ação declaratória de nulidade de cláusula que limita atendimentos de urgência e emergência no período de cobertura parcial temporária.

Contrato com prazo de carência cediço. Ausência de interesse de agir. Apelo desprovido.

Sentença de improcedência da demanda mantida. Restou claramente demonstrado nos autos, que a demandante está vinculada ao plano de saúde em comento desde 1999, já tendo cumprido carência exigida na cláusula 72.

Negaram provimento ao apelo. Unânime.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 207/213).

Nas razões do especial, a ora agravante alega afronta aos arts. 12, II, a, da Lei n. 9.656/98; e 19, I, do Código de Processo Civil/2015. Pretende seja reconhecido seu interesse processual e declarada nula a cláusula 7ª, I, do contrato firmado com a parte ora agravada.

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pela ausência de interesse de recorrer, assim se pronunciando (fl. 192):

Restou claramente demonstrado nos autos, que a demandante está

vinculada ao plano de saúde em comento desde 1999, já tendo cumprido carência exigida na cláusula 7ª.

Portanto, exsurge cristalina a falta de interesse de agir da autora.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice nos verbetes 5 e 7 da Súmula desta Corte.

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. NÃO VERIFICADO OS PRESSUPOSTOS DO ART. 335 DO CÓDIGO CIVIL. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REEXAME FÁTICO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. 1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1184369/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 23/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRAMENTO. COBRANÇA. RESCISÃO CONTRATUAL. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS, PROVAS E CLÁUSULAS CONTRATUAIS.

SUMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

2. O Tribunal de origem extinguiu a demanda por falta de interesse de agir, após concluir que há condição suspensiva ao pagamento de honorários, ainda não implementada, com base no conjunto fático - probatório dos autos, e na análise de cláusulas contratuais. Assim, não é possível alterar o entendimento da Corte Estadual, em sede de recurso especial, pois demandaria reexame de provas, e cláusulas estipuladas no contrato entabulado entre as partes, o que é vedado em razão dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1225372/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 02/05/2018)

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo e

nego provimento ao recurso especial. Deixo de majorar os honorários advocatícios (art. 85, § 11, do Código de Processo Civil) pela fixação anterior no patamar máximo permitido em lei.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

